

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Protocolo Nº
1053/2014

Data: 25/09/2014

Hora: 14:23:00

Remetente: Assessoria Jurídica da Câmara

Assunto: parecer proj lei 45, Altera dispositivo na Lei nº 2665 de 29 de junho de 2010, que autoriza o Município de Cordeirópolis a conceder oportunidade de estágio

Da Assessoria Jurídica
Ao Exmo. Sr. Presidente

Analizando o projeto de lei nº 45, de 12 de setembro de 2014, de autoria do I. Prefeito do Município, que "*altera dispositivo na Lei nº 2665, de 29 de junho de 2010, na forma que especifica*", entendo que o referido projeto, por cuidar de ação do Executivo, recebendo estagiários sem vínculo empregatício na Administração Pública, é da competência exclusiva do Chefe do Executivo, como também, por não envolver, por ora, matéria financeira, com criação de verbas, não há necessidade de atender o contido no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), que determina que

"a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:


I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias".

Destarte, em sendo matéria que envolve ação e atitudes do Executivo, é da competência exclusiva do Chefe do Executivo. No mais, o projeto de lei em estudo é legal, inexistindo qualquer mácula a impedir sua apreciação.

À alta apreciação de V. Exª.

Aos 24 de setembro de 2014.



REYNALDO COSENZA

OAB/SP nº 32.844